

Cascavel, 23 de fevereiro de 2021.

Referência: Processo nº 01551/2020

Pregão Eletrônico 017/2021 – UNIOESTE/HUOP

Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por item, objetivando Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de escada clínica, régua antropométrica, suporte para hamper e soro para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP.

***Ementa:** Análise de pedido de impugnação em face do prazo de entrega dos itens licitados.*

I - DOS FATOS

Trata-se de pedido de *impugnação* enviado pela empresa **Conkast Equipamentos Tecnológicos – Fabricante de Móveis Hospitalares**, CNPJ. nº 06.127.890/00001-83, na licitação cujo objeto é o Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por item, objetivando Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de escada clínica, régua antropométrica, suporte para hamper e soro para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP.

A empresa alega:

“Como uma empresa fabricante de móveis hospitalares, fazemos parte das indústrias de transformação, ou seja, compramos a matéria prima bruta – aço carbono e aço inoxidável – e a tornamos em produto final, cujo processo de industrialização demora cerca de 20 á 30 dias, dependendo da complexidade do mobiliário. Diferentemente de equipamentos médicos ou materiais de consumo móveis não ficam prontos em estoque, pois são fabricados sob encomenda, customizados de acordo com as necessidades do termo de referência, nas cores a serem definidas pelo requisitante. Logo a fabricação e entrega em 10 (dez) dias determinada pelo

edital é impraticável, tanto para o fabricante como para o distribuidor, pois nenhum dos segmentos terá o produto a pronta entrega.

Além do prazo para a fabricação dos produtos, é importante ressaltar o prazo médio para recebimento da matéria prima, que demora 7 á 15 dias, para posteriormente dar-se o início ao processo de fabricação. Este prazo ainda vem variando constantemente, inclusive faltando diversos perfis de aço/aço inox em nosso mercado interno, notícia divulgada constantemente em jornais televisivos, fato causado devido ao momento de pandemia vivido em nosso país, cujo as siderúrgicas não conseguiram suprir o alto consumo por parte da área médica hospitalar.

Diante disso a exigência de apenas 10 (dez) dias restringe a participação de empresas especialistas neste ramo, que, muito embora consigam fornecer os produtos com o melhor preço e qualidade são prejudicadas pelo prazo de entrega, mesmo que conforme previsto em Lei, para tal prazo pode ser solicitado prorrogação de entrega, no entanto esta restringe-se ao limite do dobro constante no edital, no caso em tela teríamos 20 (vinte) dias, isto é claro se for da conveniência do órgão público conceder a prorrogação.

Além dos fatos expostos, devido a atuarmos exclusivamente no mercado de licitações, nunca sabemos a quantidade real de empenhos que serão recebidos, pois como neste caso e a grande parte dos processos tratam-se de registro de preços, onde não há um cronograma de solicitação, nunca sabemos quando ou a quantidade real que será solicitada, prejudicando a logística de fabricação e entrega.

Tal situação é totalmente desfavorável aos licitantes, visto que se o prazo não for prorrogado o licitante sofre as penalidades e sanções previstas em edital, sendo extremamente prejudicado financeiramente e/ou juridicamente.

Uma flexibilização maior no prazo para a entrega dos produtos viabilizaria a participação de várias empresas que possuem condição de fornecer o objeto do certame de forma mais vantajosa para a Administração, mas que necessitam de um prazo de entrega maior devido a atual situação de nosso País.”

II - DO PEDIDO!

A empresa requer que seja alterado o prazo de entrega dos itens para 30 dias corridos:

“Para que seja alcançada uma maior amplitude no certame, para que seja garantido o direito de igualdade, pra que não haja restrições, cerceamentos na participação dos licitantes, é imprescindível que

1. O prazo de entrega dos objetos seja alterado para no mínimo 30 (trinta) dias, fomentando a disputa e consequentemente gerando economia aos cofres públicos;

Ou então, caso esta impugnação não seja deferida, que seja garantido o direito de prorrogação de entrega, sem aplicação multas financeiras ou penalizações administrativas.”

Estes são os fatos apresentados.

Relatados. Passa-se a decidir:

O pedido foi enviado para análise da equipe técnica, da qual é a competência para responder tecnicamente sobre os questionamentos pela ora impugnante levantados, informando que será mantido o prazo de entrega de 10 (dez) dias devido a necessidade da instituição.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, recebo a presente impugnação, por ser tempestiva, mas nego-lhe provimento.

Assim, o edital será mantido conforme já publicado.

Atenciosamente,

Cristiane Regina dos Santo Silva

Pregoeira